

O TRABALHO EM SOCIOEDUCAÇÃO: ESCUTA CLÍNICA JUNTO AOS TRABALHADORES SOCIOEDUCATIVOS E ADOLESCENTES EM REGIME DE SEMILIBERDADE

Soraya Rodrigues Martins¹

Débora Barbosa da Silva²

Nataly Soares de Araujo Neves³

INTRODUÇÃO

O cenário de investigação deste estudo é o contexto institucional de implementação de medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei em regime de semiliberdade, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Ao pensarmos inicialmente numa instituição de socioeducação, talvez, o adoecimento, em suas diferentes formas, não seja a primeira palavra que nos vem à mente. Mas essa parece ser uma questão central para as pessoas que ali trabalham ou estão.

¹ Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/8013952864530042>. <https://orcid.org/0000-0001-8797-5772>. sorayarm.floripa@gmail.com. Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Psicologia, Campus Rio das Ostras. Rua Recife S/N, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras, RJ, Brasil. CEP: 28895532. Telefone: (55 22) 27649604.

² Mestranda em Psicologia Social pela Universidade do estado do Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/6273682831161950>. <https://orcid.org/0000-0003-1584-5682>. deboras@id.uff.br.

³ Bacharela em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. <http://lattes.cnpq.br/3007132659756695>. <https://orcid.org/0000-0003-3329-049X>. natalyneves@id.uff.br.

O ECA (Brasil, 1990), ao prever a doutrina de proteção integral defende a ideia de que a intervenção com o adolescente em conflito com a lei contemple mecanismos de reinserção social e de garantia dos direitos. A partir dele sob a perspectiva de respeito à singularidade do adolescente, surgiram vários esforços apoiados no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a implementação de ações para garantir sua ressocialização. As políticas públicas destinadas a inclusão do adolescente em conflito com a lei, são organizadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2006). Esse sistema procura articular demandas e iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas sociais como educação, saúde, trabalho e assistência social. Nesse contexto, a execução das medidas em unidade de internação, seja em regime fechado ou de semiliberdade, enfrentam cotidianamente um desafio complexo: educar e ressocializar em ambiente de restrição ou privação de liberdade. Esse estudo contribui para compreender a complexidade da execução do atendimento socioeducativo a partir da escuta clínica de seus principais atores – servidores, em especial agentes socioeducadores, e adolescentes.

Neste artigo, pretendemos abordar alguns aspectos psicodinâmicos e institucionais acerca das dificuldades e resistências do fazer em socioeducação, a partir de dados colhidos durante intervenções em clínica psicodinâmica do trabalho e psicologia institucional realizadas no período de 2017-2018 junto a uma unidade do Centro de Recursos Integrados ao Adolescente do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (CRIAAD/DEGASE) no interior do estado do Rio de Janeiro. Essas intervenções foram realizadas por graduandos de psicologia da UFF – campus Rio das Ostras em estágio supervisionado e atividades de extensão. Cabe destacar que todo o percurso da pesquisa e da intervenção foram coletivizados, contemplando diários de campo, memoriais de sessões coletivas, relatórios, debates em supervisão e no grupo de pesquisa e extensão.

Este estudo tem como base teórica e metodológica a psicodinâmica do trabalho (PdT) e a psicologia institucional, bem como na literatura especializada sobre o tema, procuramos abordar questões relacionadas ao trabalho em socioeducação nesse contexto, a partir do fazer do clínico-pesquisador e da escuta clínica de servidores e adolescentes. Inicialmente, com intuito de contextualizar a complexidade que envolve o atendimento aos adolescentes em conflito com a lei, bem como o universo de atuação e de trabalho dos agentes e técnicos socioeducativos, apresentamos a seguir alguns aspectos do território socioeducativo

As medidas socioeducativas expressam a resposta do Estado diante do ato infracional cometido por um adolescente. Elas estão inseridas na proteção integral estabelecidas pelo ECA (1990), em oposição aos códigos menoristas (vigentes no período de 1927-1979) que sustentavam uma política repressiva de controle e intervenção de jovens pobres, onde visava-se apenas o enclausuramento, criando verdadeiros depósitos humanos. A definição de "*medidas socioeducativas*" no lugar de "*penas*" prioriza a dimensão educativa na medida judicial. Procurando, dessa forma, equacionar para o adolescente o direito à igualdade como sujeito, portanto responsáveis pelos seus atos, e o direito à diferença, enquanto pessoas em desenvolvimento submetidas nessa condição a legislação especial (Brasil, 2006; Craidy, 2011).

Porém, no Brasil a política de atendimento socioeducativo está caminhando ainda em fase de transição (com avanços e recuos) de um modelo institucionalizado historicamente de práticas punitivas, repressivas e corretivas – promotoras da criminalização da pobreza, discriminação, violência e exclusão social – para um modelo de sistema de atendimento socioeducativo, que possa promover a inclusão social. Paralelamente a essa pretensão, acrescenta-se a cenário o clamor por uma parcela da população por medidas punitivas mais rígidas. Como por exemplo, nas últimas eleições brasileiras, foi possível ver um grande número de pessoas pedindo por penas mais

rígidas à criminalidade. Tal pedido, no entanto, não solucionaria o problema de tráfico e violência no país.

Como destacam Vinuto, Abreo e Gonçalves (2017) a dupla demanda conter-educar envolve uma grande complexidade e tensionamentos entre diferentes práticas gerando conflitos que se acirram em contextos de falta de recursos e precarização, onde coexistem solicitações contraditórias endereçadas às instituições socioeducativas. Enquanto requisita-se ações que evitem e reprimam fugas, conflitos e enfrentamento (clamor midiático), também se demanda por ações protetivas e abolição do recurso à violência. Esta última sendo principalmente feita por ONGs, Ministério Público, Conselhos de Direitos e ativistas. Esse contexto leva a maioria dos agentes a priorizar práticas de segurança, disciplina e vigilância, minimizando a função socioeducativa, valorizada apenas por poucos agentes que se esforçam para aliar a segurança à socioeducação.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/90) define o ato infracional como uma a conduta descrita como crime ou contravenção penal. De acordo com a gravidade da infração, capacidade de cumprimento e as circunstâncias podem ser estabelecidas as seguintes medidas socioeducativas: 1) advertência; 2) obrigação de reparar o dano; 3) prestação de serviços à comunidade; 4) liberdade assistida; 5) inserção em regime de semiliberdade; 6) internação em estabelecimento educacional (privação total de liberdade). Segundo o ECA, a penalidade da internação pode ser dirigida apenas a adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos, tendo em vista que os menores de 12 anos são penalmente imputáveis. As crianças ao praticarem atos infracionais ficam sujeitas a medidas de proteção, não podendo ser internados (ECA, art. 105). Segundo o estudo Panorama, do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2012b), os principais motivos de internação de adolescentes são crime contra patrimônio (roubo e furto), tráfico de drogas e homicídio.

A medida de sanção mais grave é a privação de liberdade, onde o adolescente é privado do convívio externo por meio de internação fechada. Na medida de inserção em semiliberdade, o adolescente, apesar de internado durante a semana, mantém no seu cotidiano diversos vínculos externos, como escola, trabalho e, com frequência, o convívio com familiares nos finais de semana. Ambas as medidas, contemplam a responsabilização frente ao ato infracional estabelecendo restrições legais de liberdade (natureza sancionatória) aliada a uma proposta de trabalho socioeducativo (natureza sócio- ético – pedagógica), por meio de ações educativas visando a formação de cidadania. (Brasil, 2012a). Nesse contexto, as gestões das políticas de atendimento dessas medidas teriam como desafio por um lado equilibrar aspectos sancionatórios e pedagógicos, e por outro extinguir a segurança repressiva e punitiva. Como destaca Craidy (2011, p. 14):

Cabe lembrar que as medidas socioeducativas são determinadas pela autoridade, o adolescente não as escolhe, é obrigado a cumpri-las o que por si só gera resistência. As dificuldades são ainda maiores quando a medida for de privação de liberdade. Pode-se afirmar que as instituições encarregadas da execução dessas medidas não conseguiram até hoje superar o caráter meramente prisional e o educativo é fracamente presente no cotidiano dos adolescentes que as vivem.

Com intuito de coibir a segurança repressiva em prol da educativa, o SINASE instituiu nacionalmente em 2012 (Brasil, Lei n. 12.594) a segurança trabalhada de forma socioeducativa, criando a função do agente de segurança socioeducativo. Anteriormente a função do agente era dividida em agentes educacionais e os agentes de disciplina. O agente socioeducativo (ou de segurança socioeducativa) manteve as atribuições dos dois cargos, e a atividade de segurança socioeducativa adquire a função de prevenção e manutenção da ordem, em oposição a simplesmente conter e punir. De acordo com essas diretrizes, estão presentes o duplo desafio de atuar com moderação de forma direta ou indireta no processo socioeducativo dos adolescentes,

com uso do diálogo, das orientações e da mediação de conflitos, sendo utilizada a contenção como último recurso.

Como aponta Craidy (2011; 2012) as ações socioeducativas caracterizam-se por estratégias, recursos, técnicas e práticas educativas para apoio, atenção, formação e orientação ao adolescente visando sua inserção social, de acordo com os padrões ético-sociais de conduta. Todo esse processo visa salientar que o adolescente é um sujeito de direitos, sendo reconhecido a capacidade de desempenhar papéis positivos em diferentes contextos como no trabalho e no grupo social, promovendo o resgate da autoestima: "ser reconhecido pelos outros, sobretudo pelas autoridades, é caminho para sentir-se capaz de ser alguém"(Craidy, 2011 p. 14).

Porém, há uma grande distância entre o que está prescrito na execução das medidas e o que realmente acontece. As prescrições do SINASE para o estabelecimento da socioeducação se confrontam com a grande trajetória histórica de rigidez institucional das unidades de internação dos adolescentes. Essa rigidez mantém viva uma forte demanda à priorização das ações disciplinares e de segurança em detrimento das ações socioeducativas. Frente a esse contexto, questões que inicialmente nos mobilizam são: como se cria condições para sustentar e garantir o trabalho socioeducativo? Qual o real do trabalho de agentes socioeducadores e adolescentes num contexto internação em regime de semiliberdade?

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com a abordagem da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2004; 2011a; 2011b; Mendes & Araújo, 2011), o trabalho é a ação de trabalhar, num contexto de relações sociais, pois trabalhar envolve conviver com o outro, contemplando uma dimensão singular e uma dimensão coletiva. Na dimensão singular, o sujeito no trabalho confronta-se com a distância irreduzível entre o prescrito e o real. O real do

trabalho se manifesta para o sujeito de modo a gerar sofrimento frente ao fracasso do que está prescrito, envolvendo toda a sua subjetividade, mobilizada na busca de uma solução. Como afirma Dejours (2004, p. 28)

[...] o trabalho é aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar: gestos, saber-fazer, um engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir às situações; é o poder de sentir, de pensar e de inventar, etc.

Para essa abordagem, a diferenciação entre trabalho prescrito e trabalho efetivamente realizado (real) torna-se fundamental para entender a relação do sujeito com o trabalho. Pois, a ação de trabalhar envolve o engajamento subjetivo para responder a uma tarefa prescrita delimitada por pressões (materiais e sociais) em meio a relações hierárquicas e de dominação, levando a sensação de fracasso, provocando sentimento de impotência, irritação, raiva, desamparo, trazendo sofrimento. O real do trabalho, não é a apenas o real frente a tarefa (objetivo), com as técnicas particulares daquela atividade, mas, também, o real do mundo social – o real das relações sociais e de dominação. Um exemplo dessa dimensão são as relações sociais cujo os poderes de exclusão são historicamente naturalizados e instituídos, como as relações de gênero, marcando a dominação sobre as mulheres, ou as relações de violência social, marcando a dominação sobre sujeitos de vulnerabilidade social. A organização do trabalho é compreendida como um processo dinâmico em constante construção.

Segundo Dejours (2007), para se manter trabalhando e lidar com as angústias, os trabalhadores costumam construir coletivamente estratégias, apoiadas em ideologias, ocorrendo a negação ou eufemização do sofrimento frente a realidade vivida. Os destinos do sofrimento são delineados na relação do sujeito e do coletivo com a organização do trabalho. Ele pode tornar-se criativo, podendo ser superado, ressignificado, sendo transformado em prazer, operando em direção a saúde. Ou tornar-se um sofrimento patogênico com o fracasso dos recursos defensivos coletivos

e individuais, impossibilitado uma ressignificação, o que pode levar o trabalhador ao adoecimento. A experiência de trabalho, ao se localizar na fronteira entre o discurso e a resistência ao real, habitualmente se mostra obscura a consciência do próprio trabalhador, tornando fundamental o espaço público entre os trabalhadores para falarem, confrontarem e tornarem visível para si mesmo e para o outro a sua experiência de trabalho.

O reconhecimento do saber - fazer (inteligência prática), pelo outro, pelos pares como contribuição integral ao exercício da atividade, possibilita dar ao sofrimento uma significação social, dando sentido ao vivido, possibilitando a construção de identidade pelo “fazer”. Socialmente o que você faz, e como você faz (se é um trabalho bem feito), condiciona quem é você. A possibilidade do exercício da inteligência prática é uma prova para a subjetividade, desafia o fortalecimento da identidade – podendo o trabalho realizar o papel de primeiro plano na realização de si mesmo. Descrever a dimensão coletiva do trabalho envolve destacar a cooperação, tornando visível o trabalho efetivamente realizado em um espaço de convivência que permita a cada trabalhador falar como trabalha e conhecer como os outros colegas o fazem. Porém o exercício da cooperação se torna possível a partir das condições da visibilidade, dos laços de confiança e do espaço de discussão. A PdT entende que não há saúde individual. Além disso, Dejours (2004) afirma que trabalhar não é apenas produzir, envolve a transformação de si próprio. O trabalho não acaba quando o sujeito sai do trabalho, pois ele tem o poder de colonizar a subjetividade.

A análise psicodinâmica das situações de trabalho (Dejours, 2011a) procura investigar os processos subjetivos mobilizados frente ao hiato entre a organização do trabalho prescrita e a organização de trabalho real, ressaltando as dimensões dramáticas e coletivas do trabalho. Martins, Moraes e Cruz Lima (2010) destacam que na investigação dos destinos do processo de saúde e sofrimento é importante observar as possibilidades de: a) uso da inteligência prática (saber fazer); b) cooperação (com a

construção de um coletivo de trabalho que estabeleça normas, regras, pactos técnicos e éticos para a realização do trabalho pautadas na transparência e relações de cooperação); e, c) reconhecimento no trabalho.

No contexto de trabalho em estudo, além de uma leitura psicodinâmica, se faz necessário uma leitura institucional. Como pensar os efeitos de trabalhar ou estar em uma unidade de internação em regime de semiliberdade, sem considerar tanto os processos institucionais quanto a organização do trabalho e os afetos?

A Psicologia institucional abrange uma ampla variedade de formas de atuação. Além de incluir a intervenção em contextos institucionais (escola, hospital, empresa, comunidade, etc.), possuem em comum a ênfase na instituição considerando-a como objeto de intervenção (Guirado, 2009; Baremlitt, 2002). Para a análise institucional, há uma grande diferença entre “estabelecimentos”(locais físicos) e o termo “instituição”(organização viva). A instituição como organização viva tem em seu funcionamento sistemas de regras que regulam a vida dos sujeitos, dos grupos e das relações sociais, em uma articulação entre a ação histórica e as normas já existentes. Esses sistemas de regras podem ser concebidos como “árvores de decisões lógicas que regulam as atividades humanas, indicando o que é proibido, o que é permitido e o que é indiferente. Segundo seu grau de objetivação e formalização, podem estar expressas em leis (princípios-fundamentos), normas ou hábitos”(Baremlitt, 2002, p. 156).

Os sujeitos são constituídos e constitutivos das relações institucionais. Essa concepção privilegia a posição do sujeito na estrutura, e não em suas capacidades individuais. Assim, os conflitos são considerados expressões dessa articulação de posições e não sintoma de um indivíduo que está na instituição. Os processos grupais e institucionais se dividem em dois movimentos históricos da sociedade em contínua oposição: o instituído relacionados aos parâmetros de convivência, conservadorismo, resistência à mudança, e o instituinte que diz respeito ao processo, movimento de transformação

permanente, expressão do desejo do sujeito. Já as organizações apresentam os movimentos: organizante, onde há uma busca permanente de maior pertinência nas organizações, e o organizado, estrutura que solidifica as organizações, onde há uma tendência a burocracia respondendo ao desejo humano de segurança, buscando as instituições.

METODOLOGIA

Este estudo tem como referências teóricas e metodológicas a PdT (Dejours, 2004; 2011a; 2011b; Mendes, 2007) e a psicologia institucional (Baremblytt, 2002; Bleger 1980). A psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2011b) é caracterizada como uma clínica (método clínico), dentro dos pressupostos do modelo de pesquisa ação, sendo o lugar da ação a própria atividade do pensar reflexivo. Essa clínica se desdobra no espaço de uma clínica social, de forma atenta à singularidade, que se envolve com a realidade das situações de trabalho, ressaltando a potência emancipatória da escuta clínica do sofrimento. Martins e Mendes (2012) ressaltam que no fazer do clínico do trabalho frente a distintas realidades que se apresentam no contexto de trabalho (o real do trabalho do clínico pesquisador), revelam-se diferentes práticas, cujo o grande desafio é construir dispositivos técnicos, éticos e políticos que analisem a dinâmica entre sofrimento, saúde e organização de trabalho.

A pesquisa e intervenção a partir das contribuições da análise institucional está centrada no agir (ação e participação) e na interação entre pesquisador (es) e participantes. Elas têm caráter social visando a transformação micropolítica de uma dada realidade. O princípio metodológico que vai orientar o processo investigativo deve detectar forças tendenciais, direções e movimentos que escapem ao plano das formas constituídas (Baremblytt, 2002; Bleger, 1980).

Cabe destacar que tanto a pesquisa-ação da clínica do trabalho quanto como a pesquisa e intervenção da análise institucional, procuram articular a teoria do sujeito com a teoria da ação, procuram favorecer o espaço de fala e de escuta e a promoção de uma construção coletiva de um sentido comum que possa promover conhecimento e transformação. Ambos contemplam a dupla articulação compreender para transformar e transformar para compreender (Martins, 2015).

Apoiado nos pressupostos da pesquisa ação (PdT) e da pesquisa-intervenção (Análise institucional) com uso do método clínico, com aportes da cartografia (Kastrup & Passos, 2013) o presente estudo contém dados produzidos ao longo de quatro intervenções que aconteceram durante os anos de 2017 e 2018, junto aos servidores e aos adolescentes (cumprindo medida socioeducativa) de uma unidade de internação em regime semiliberdade do DEGASE que recebe adolescentes do sexo masculino. São elas: acolhimento e levantamento de demanda junto aos servidores; Oficinas de escuta clínica e gestão de estresse junto aos servidores do CRIAAD - DEGASE, no ano de 2017 (12 sessões coletivas); escuta clínica dos servidores no ano de 2018, período de 17 de abril à 12 de dezembro, realizada durante as oficinas (aproximadamente 10 sessões coletivas) e em pequenos encontros e conversas apoiadas na intervenção institucional e por fim, as Oficinas da Palavra - escuta clínica com intervenção grupal realizada com encontros semanais no período de 10 de abril de 2018 a 12 de dezembro de 2018, totalizando aproximadamente 23 encontros.

Nas intervenções grupais aqui apresentadas o uso do método clínico com aportes da PdT e da análise institucional, privilegia a escuta clínica qualificada mediante a fala dos trabalhadores. Na construção dessa escuta procurou-se articular a escuta arriscada da psicodinâmica do trabalho com a indagação operativa da psicologia institucional descrita por Bleger (1980). A escuta arriscada proposta por Dejours (2011b) aponta para o posicionamento político do clínico pesquisador em escutar o inédito (o não formalizado, não dito) do trabalhar e do sofrimento. Já a escuta apoiada na indagação

operativa descrita por Bleger (1980) procura contemplar a verticalidade (história pessoal e do coletivo), a horizontalidade (o processo atual que ocorre “aqui e agora” com a totalidade dos membros) e a transversalidade (com as múltiplas determinações sociais, políticas, econômicas e culturais).

As intervenções procuraram o estabelecimento de espaço coletivo de discussão junto a coletivo de trabalhadores procurando a reflexão implicada subjetivamente dos modos de trabalhar, tendo como foco a análise da organização do trabalho e aspectos institucionalizados. As articulações das contribuições da psicologia institucional (Bleger, 1980) e da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 2011b) auxiliaram na compreensão dos processos grupais e institucionais das situações de trabalho (Martins & Mendes, 2011; Martins, 2015). Nas sessões coletivas das oficinas os pressupostos do grupo operativo de Pichon Riviere e do conceito de *oficinas* de Paulo Freire, como um lugar onde se aprende fazendo junto com os outros (Afonso, 2002).

Na condução das oficinas, além das referências teóricas metodológicas da clínica psicodinâmica do trabalho, a compreensão do processo grupal esteve apoiada nos pressupostos do grupo operativo. Dentro do dispositivo das Oficinas de escuta clínica (Martins, 2015) foram utilizados instrumentos de mediação para a mobilização e expressão do vivido e circulação da palavra, como por exemplo, o uso de técnicas expressivas gráficas, delimitação de situações problema a partir do “memorial de restituição”, uso de pequenas dinâmicas de sensibilização e apresentação de alguns resultados sistematizados colhidos nas entrevistas de acolhimento. Já a condução dos encontros informais em pequenos grupos, conversas no almoço e no pátio esteve apoiada na análise institucional com aportes da cartografia (Kastrup & Passos, 2013).

A seleção e análise do material dos registros clínicos das intervenções (relatos de sessões, memoriais, diário de campo) está apoiada na técnica de Análise de Núcleos de

Sentido (Mendes, 2007), tendo em conta, também, os analisadores propostos pela Análise institucional (Baremlitt, 2002).

ESCUA CLÍNICA DOS TRABALHADORES SOCIOEDUCATIVOS

Nosso trabalho é como enxugar gelo”- vivências dos agentes socioeducativos acerca do seu trabalho

Nos primeiros encontros com clínicos pesquisadores, as expressões “*abrir e fechar cadeados*” e “*enxugar gelo*” foram utilizadas pelos servidores para apresentar de maneira geral como grande parte deles enxerga suas funções no trabalho e os resultados que podem ser alcançados através de seus esforços. Uma vez que o ECA determinou que os adolescentes em conflito com a lei devem receber os recursos que são seus direitos e deveriam lhes ser acessíveis, o cotidiano do CRIAAD/NOVO DEGASE passou a evidenciar o contraste entre as ideologias até então transmitidas na sociedade e as novas prescrições para o trabalho das unidades socioeducativas.

Diante da descontinuidade no processo de veiculação dos conceitos que sustentam a renovação das políticas públicas para os adolescentes, alguns profissionais adoeceram, se tornando inaptos a atividades em que mantinham contato com os jovens da unidade, assim, após diagnósticos psiquiátricos esses servidores foram readaptados, produzindo uma demanda institucional que justificou inicialmente o trabalho de pesquisa e intervenção que vem sendo realizado. Inicialmente, segundo um acordo da equipe UFF e os gestores da instituição, foram realizadas 40 entrevistas individuais de acolhimento com os agentes socioeducadores, equipe técnica, administrativa e serviços gerais.

No primeiro ano, as intervenções foram divididas em três etapas: 1) acolhimento e análise de demanda: visitas ao local; reuniões com gestores e com trabalhadores;

entrevistas individuais com os envolvidos; 2) clínica do trabalho propriamente dita com sessões coletivas; discussão ampliada junto ao coletivo de supervisão de clínicos-pesquisadores; elaboração de memoriais para restituição do processo grupal; 3) produção de relatório final validado pelo coletivo de trabalhadores, este que foi apresentado aos gestores, com intuito de abrir um novo canal de comunicação, dando visibilidade às vivências compartilhadas pelo coletivo de servidores do CRIAAD. Através da criação da Oficina de Escuta Clínica e Gestão do Estresse, criou-se um espaço reflexivo com o intuito de significar as vivências desses trabalhadores, bem como estratégias de enfrentamento às adversidades e ao estresse vivenciado no cotidiano do trabalho. No segundo ano foram realizadas escuta clínica junto aos servidores e outras modalidades de intervenções que descreveremos mais adiante.

Acolhimento e análise de demanda

Foram entrevistados 40 funcionários, homens e mulheres, com idade entre 25 a 67 anos, com formação de ensino fundamental completo até pós-graduação, dentre as funções: agentes socioeducativos, psicólogos, assistentes sociais, cozinheiros, auxiliares de serviços gerais e funcionários readaptados. Foi utilizado um modelo de entrevista semiestruturada e o tempo de cada entrevista variou entre vinte minutos à uma hora e meia. Os participantes e os pesquisadores assinaram o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido.

Nas entrevistas, foi possível observar a presença de sofrimento e adoecimento com diversos sintomas relatados como estresse frente as demandas e especificidades do trabalho realizado na instituição, caracterizada predominantemente pelo trabalho por turnos, dividido em escalas. As entrevistas tinham como ponto central fazer o acolhimento de demanda, explicar o trabalho de intervenção e nos trazer um diagnóstico situacional do entrevistado com relação ao seu ambiente de trabalho.

Oficinas de Escuta Clínica e Gestão do Estresse

As oficinas que deram prosseguimento ao trabalho ao final das entrevistas foram organizadas inicialmente em dois seguimentos: Grupo dos agentes e equipe técnica e Grupo da cozinha e serviços gerais, mediados por uma equipe de dois ou três extensionistas da equipe UFF. As sessões coletivas foram realizadas quinzenalmente no período de setembro a dezembro de 2017 (quartas-feiras e quintas-feiras) nas dependências do CRIAAD/NOVO DEGASE totalizando 12 (doze) encontros. A frequência nas oficinas foi por adesão espontânea e a presença dos funcionários variava de acordo com a disponibilidade e interesse, oscilando entre oficinas com dois ou até mesmo dez participantes.

A Clínica em Psicodinâmica do trabalho assume estilos próprios em função das especificidades do contexto, se adaptando e criando novos caminhos para a condução da pesquisa conforme o que aparece como demanda no campo. Deste modo, diferentes encaminhamentos foram dados à pesquisa para se pensar a relação de construção de sentido do trabalho a partir do que apareceu nas entrevistas e nas oficinas com grupos. O processo grupal ocorrido a cada encontro era discutido em supervisão acadêmica, onde era realizada uma discussão ampliada com os demais integrantes da equipe, sendo construído um escrito na forma de memorial (com os principais pontos abordados e observações) para retornar ao próximo encontro junto aos servidores do CRIAAD como uma forma de dar continuidade as oficinas em sua processualidade e validar o conteúdo, manifesta na circulação da palavra viva entre os participantes, que era percebido pela equipe.

Observa-se que a experiência da clínica do trabalho pode ser uma potência na direção da mobilização subjetiva. Seu êxito encontra-se na possibilidade de fazer a palavra circular, em transformar fala em ato. Considerando as oficinas, um dos grandes temas recorrentes nas discussões foi sobre: o que é o CRIAAD e as especificidades desta

instituição. Ainda que haja um trabalho prescrito para cada função, alguns pontos de atenção foram levantados em relação ao que é prescrito, o que é instituído e o que de fato acontece.

No decorrer das oficinas diversos assuntos apareciam, sobre experiência pessoais, sexualidade, violência, cidadania, direitos humanos, política, vida dentro da instituição, etc. Esses assuntos se misturavam também com tensões entre os funcionários, intercalando com brincadeiras. Observamos que era possível para esses funcionários que falassem sobre seu trabalho de forma normativa, mas que esse seria um espaço também em que se transita pelas múltiplas experiências vividas no cotidiano que lhes afetava de alguma maneira. Muitas vezes os temas dessas experiências se encontravam fora do contexto profissional, mas guardavam alguma relação com ele. Talvez essa "mudança de tema" seja uma potência do próprio grupo de se deslocar dos modelos pré-determinados para dar um novo sentido ao que se realizava ali naquele espaço. Os relatos produziam nas sessões coletivas as mais diversas associações, permitindo que eles se colocassem no lugar do relator para manifestar qual seria sua forma de lidar com a situação, fazendo emergir diversas reflexões. Assim, nas oficinas de escuta clínica a circulação da palavra e as narrativas apontavam para uma dimensão instituinte na qual os mais diferentes afetos eram vividos no compartilhamento de ideias, valores e experiências.

"[...] Não podemos demonstrar medo, mas medo todos nós temos"

Um dos aspectos delineado de forma recorrente foi à sensação de tensão e medo entre os funcionários. A insegurança dentro e fora do local de trabalho é um sentimento comum entre esse coletivo, apesar de ser pouco compartilhada. Por exemplo, relatou-se uma situação de uma ex-funcionária que foi seguida ao sair do trabalho por alguns meninos que estavam em cumprimento de medida. Segundo eles, o convívio dentro da

unidade nem sempre é harmonioso, o que gera situações como essa mencionada. “[...] O rosto que eles não esquecem é o da gente” (Servidor - Criaad).

Ainda sobre a convivência, há um discurso historicamente institucionalizado, que tem entre seus efeitos a valorização de práticas que priorizem a segurança coercitiva em detrimento de práticas socioeducativas. Observamos que há uma repetição em reforçar essa cultura de violência antes mesmo que o adolescente chegue ao CRIAAD

[...] se eles saem daqui reabilitados para a sociedade, se o Estado confia no trabalho que fez com eles aqui, por que quando saem não podem servir ao Exército ou alguma força armada? (Servidor - Criaad)

[...] eles já chegam aqui achando que somos vermes, como se aqui fosse sistema prisional e não socioeducação. (Servidor - Criaad)

As falas acima denotam um desconhecimento e a invisibilidade do fazer em socioeducação evidenciando o real do trabalho nesse contexto. O trabalho dos servidores e sua relação com os internados é atravessado por instituições, estado, justiça, segurança pública, bem como o próprio crime organizado, interferindo significativamente nas relações do cotidiano de trabalho, trazendo várias reflexões.

[...] os adolescentes já vêm instituídos pelo crime. (Servidor - Criaad).

De acordo com os relatos, a divisão por facções do crime organizado é um tipo de organização que segrega os adolescentes, trazendo tensão aos profissionais e ao ambiente. O coletivo revelou inclusive que, muitas vezes, acabam desempenhando um papel de "*barreira*" com finalidade de separar as facções. A dificuldade é grande, visto que eles apesar de possuírem diferenças entre as facções, também divergem dentro de suas próprias facções, de um não concordar com o outro, o que confere certa "*briga de poder*".

Por outro lado, a interface com finalidade de promover ações de socioeducação e a vinculação do CRIAAD à Secretaria de Educação parece comprometida. Inclusive, de acordo com a vivência do coletivo de servidores, a secretaria de educação não costuma saber exatamente o que é o DEGASE, o papel desta instituição e as suas responsabilidades. A falta de visibilidade e reconhecimento do trabalho efetivamente realizado é uma fonte de sofrimento.

[...] eu não me vejo fazendo nada. (Servidor - Criaad)

[...] O Estado não nos dá condições de recuperar sem pessoalizar. (Servidor - Criaad)

Essa frágil vinculação não parece garantir aos agentes a possibilidade do exercício de atividades mais voltadas para socioeducação, pois segundo os mesmos o que é exigido é “[...] em primeiro, segundo e terceiro lugar, a segurança”. Isso é o que parece estar realmente instituído. Essas experiências repercutem na forma que os servidores costumam visualizar o seu trabalho como um trabalho esvaziado de sentido.

[...] nosso trabalho é como enxugar gelo [...] estamos presos ao sistema. (Servidor - Criaad)

[...] é abrir e fechar cadeado. (Servidor - Criaad)

O exercício de atividades voltadas para a socioeducação torna-se difícil, por resistência do Estado, da hierarquia, do “sistema” que está preocupado com a segurança, por resistências dos colegas frente ao desconhecido com receio de assumir uma posição nova e perder o “controle” frente aos adolescentes; por resistência dos próprios adolescentes que já trazem uma história de violência. O afeto gerador de conflito, tensão e angústia pode ser expresso na ideia de que “[...] Uma bomba pode explodir a qualquer momento” e os profissionais em serviço têm que dar conta de controlar. Esse

conflito induza a priorização da segurança coercitiva, mas também traz a convocação endereçada ao agente que tem que mostrar-se corajoso, sem medo de enfrentar as situações, tem que ser um “macho viril”

A prioridade das ações pautadas exclusivamente na segurança e na disciplina marginalizando ações socioeducativas legitimando o estado penal no contexto do DEGASE já foram apontadas por outros pesquisadores, revelando aspectos de sua lógica institucionalizada (Vinuto, 2017; Abreo, 2017). Em pesquisa realizada junto a agentes socioeducativos de uma instituição do CRIAAD em regime de internação com privação de liberdade, Abreo (2017) aponta para força da lógica institucional predominantemente disciplinar e coercitiva na captura das formas de resistência e enfrentamento do real do trabalho desses profissionais. Sendo observado, que uma das frágeis formas de resistência a essa captura está vinculada ao empreendimento de ações socioeducativas pautadas no respeito e na ética na relação com adolescente internado. Esse empreendimento em ações socioeducativas costuma favorecer ao reconhecimento do trabalho por parte dos internos e familiares e conseqüentemente a construção de sentido na função socioeducativa de seu cargo. Promovendo a realização de um trabalho vivo, instituinte, que possa ser produtor de vivências de prazer e de situações de saúde.

Durante o processo grupal junto aos servidores do CRIAAD, o coletivo ao compartilhar suas vivências, trazendo consigo uma dimensão do trabalhar que inicialmente não é visível, nem facilmente reconhecida, relacionado ao “cuidado” com os adolescentes aproximando-os de prática mais socioeducativa pautada no respeito e atenção ao adolescente, o que é possível observar em falas que emergiram no grupo, como “[...] muitas vezes eu me vejo fazendo a função de pai,”(Servidor - Criaad) “[...] Disciplinar é, cuidado. Falar que é hora de comer, que é hora de entrar, que é hora de dormir também é cuidar, porque muitos deles não têm isso em casa”(Servidor - Criaad).

Essa dimensão do trabalho socioeducativo que aproxima do cuidado é imposta pelo próprio convívio diário. Só a atitude de “segurança” não basta para dar conta das situações cotidianas de trabalho, dos imprevistos de encontrar um ex-internado na rua, no imprevisto para se posicionar frente às situações que têm que estar sob controle, no imprevisto de ficar sensibilizado com as histórias relatadas pelos adolescentes e poder de alguma maneira interferir de alguma forma na vida dos que estão sob seu “controle”, sob seu cuidado.

A posição de segurança mais próxima ao cuidado, e da função pedagógica do agente socioeducativo, costuma ser desqualificada e desvalorizada, diante do discurso viril instituído em prol da segurança “[...] *não podemos dar moleza, isso prejudica o serviço*” (Servidor - Criaad). A dimensão de “cuidado”, vista como algo impróprio, mole, como algo feminino, vinculado a fraqueza, sendo essa experiência silenciada.

Vinuto (2017) compreende o discurso em prol de segurança, em uma instituição de medida socioeducativa de internação, como efeito de uma sociedade machista potencializada dentro da instituição onde ser viril mostra-se como imperativo, configurando um machismo institucional. A autora, alerta, ainda que as posturas machistas, manejadas pelos agentes socioeducativos costumam marginalizar as ações em socioeducação, sendo considerada como uma fraqueza, ou atribuída a uma dimensão feminina.

No coletivo de servidores do CRIAAD, a falta da liberdade e da confiança entre os colegas, acarreta em uma dificuldade muito grande para poderem conversar sobre as possibilidades do fazer e compartilhar as experiências vividas no cotidiano de trabalho.

[...] aqui a gente não fala, não diz nada, só nos resta chorar. (Servidor - Criaad)

[...] se alguém chega no Criaad e está o diretor sentado com uma cozinheira ao lado, essa pessoa dá boa tarde para o diretor e ignora que tinha outra pessoa do lado. (Servidor - Criaad)

As falas acima evidenciam a necessidade do compartilhamento do afeto gerado no local de trabalho e a invisibilidade de quem ali está. Os espaços de diálogos entre todos os funcionários são poucos, havendo separação entre os cargos, entre formas de pensar e agir, o que resulta em um maior empecilho para a criação de vínculos de confiança e redes de compartilhamento, tanto de vivências positivas geradoras de prazer, quanto de sofrimento no contexto desta instituição. É possível tornar o ambiente do CRIAAD mais saudável e mais prazeroso? O que cada um poderia fazer e o que o coletivo poderia realizar juntos para tornar isso mais viável? Essas foram questões que ficaram no relatório final das oficinas realizadas durante o ano de 2017.

Após apresentarmos o relatório validado das oficinas no ano de 2017 em uma reunião com servidores e a direção, foi acordado a continuidade do espaço coletivo das oficinas para o segundo ano de nossa estadia na instituição. Novos estagiários assumiram as atividades. A chegada de uma segunda psicóloga na instituição, possibilitou o desenvolvimento de um trabalho de escuta também com os adolescentes internados. De uma equipe composta de seis estagiários extensionistas que realizaram as intervenções junto aos servidores no ano de 2017, passamos a operar, no ano de 2018, com dois estagiários e, posteriormente mais um extensionista, porém com maior tempo de permanência na instituição. Em relação ao funcionamento da oficina com os servidores foi acordado que ocorreria uma oficina quinzenal com duração de 1h30 min, enquanto os encontros grupais com adolescentes seriam semanalmente com o mesmo tempo de duração.

Nesse segundo ano de intervenções junto ao CRIAAD as ações junto aos servidores, foram marcadas pela expectativa do que iria acontecer no DEGASE, mudanças a níveis institucionais estavam sendo planejadas pelos órgãos governamentais, restava aos servidores esperarem. A cozinha foi terceirizada, um dos agentes que realizava um trabalho de socioeducação através de oficinas de artesanato sofreu um processo de transferência indevida por ordem de um juiz, conseguindo reverter esse processo com

bastante sofrimento. O papel do agente socioeducador nesse contexto estava em questão.

Oficinas com intervenção institucional – alguns apontamentos do processo grupal

O primeiro encontro com a nova equipe dos clínicos-pesquisadores em 2018 foi bem interessante, houve um grande número de pessoas, as apresentações ocorreram de maneira dinâmica e descontraída e estas pareciam estar interessadas na proposta de realizarmos as oficinas quinzenalmente. Iniciamos com uma atividade que consistia em entender um pouco de como se dava a dinâmica de trabalho, a familiar e a realização pessoal. O coletivo pode compartilhar algumas vivências acerca do seu trabalho, tais como:

[...] sinto-me bem quando faço a diferença na vida das pessoas. (Servidor - Criaad)

[...] o trabalho é um misto de coisas boas e ruins. (Servidor - Criaad)

[...] me sinto bem quando vejo que o adolescente que passou pela unidade, está recuperado e vivendo bem. (Servidor - Criaad)

[...] me sinto desafiada e cobrada. (Servidor - Criaad)

[...] sinto-me bem quando reconhecem meu trabalho. (Servidor - Criaad)

A expectativa com relação a proposta das oficinas, trazia uma grande questão, expressa na seguinte fala. "*[...] eu espero que a oficina de escuta nos aproximem, enquanto colegas de trabalho para que tenhamos mais leveza.*" (Servidor - Criaad). Esse primeiro encontro foi marcante, pois houve uma grande adesão e os servidores se expuseram sem ressalvas. Diferentemente dos encontros seguintes. Neles a mobilização para manter as oficinas não se manteve, ocorreram problemas de escalas, rotinas de serviço,

etc. No decorrer dos encontros notamos o que tinha motivado a grande adesão no primeiro encontro, a presença do diretor na unidade já sinalizava para os servidores uma certa "obrigação" em estar no grupo. Em um dos encontros fomos surpreendidas pela seguinte fala "[...] nós estamos aqui porque o diretor pediu, não confiamos nesse espaço, as pessoas (colegas) acabam usando nossas falas para nos prejudicar" (Servidor - Criad). Entramos nessa questão de como era "ter" um espaço e não sentir pertencente a ele. As falas vinham carregadas de hostilidade, de ofensas, de desesperança, de frustração frente a tudo o que estava sendo feito.

A maioria dos servidores que participavam das oficinas no segundo ano, relataram mudanças pessoais que acabavam ocorrendo a partir do contato com o trabalho e com a tensão constante de trabalhar "disciplinando e contendo" adolescentes em conflito com a lei. Uns consideram-se agentes disciplinadores de fato, pois se viam na obrigação de fazer aquilo que segundo eles, os pais não fizeram em casa, "dar limites", mas a forma como essa prática era exercida divergiam entre eles, denotando o longo processo institucional e subjetivo da mudança da posição de carcereiro "[...] abrir e fechar cadeado, para posição de agente socioeducativo". Como destaca Albuquerque (2017, p. 242):

Trata-se de um longo processo que atravessa avanços e recuos, e que reflete a modificação da própria execução das medidas socioeducativas. A metáfora da metamorfose pretende apenas destacar a necessidade de diferenciar a posição de "carcereiro" da posição de agente de segurança socioeducativo e o desafio de cuidar das questões surgidas na passagem de uma posição à outra.

Junto ao coletivo do CRIAAD, a marca no corpo do fracasso da normatização e prescrição frente a realidade no dia a dia, era um dos assuntos mais apontados nos encontros com os servidores. Muitos diziam se sentir sobrecarregados. Um exemplo da sobrecarga veio de um dos agentes, ao afirmar enfaticamente que na época de seu concurso ele não havia sido designado para o cargo de agente socioeducador. Relata, que após uma mudança da instituição, a divisão entre agentes educacionais e agentes

de disciplina se rompeu e todos passaram a ter que desempenhar a função de agente socioeducador. O sentimento de insegurança e despreparo pessoal e institucional frente a essa mudança foi um ponto destacado. A função é percebida como mais próxima da equipe técnica. Essa, por sua vez, não é muito numerosa, o que acaba gerando uma demanda de tarefas muito grande para cada um deles. As contradições da constituição do agente socioeducador são, também, apontadas por Albuquerque (2017, p. 240):

Os elementos para compreender a constituição da função de agente e seu lugar no contexto institucional estão em jogo desde o processo seletivo. O percurso de modificação da maneira de selecionar os agentes coincide com as transformações operadas no sistema como um todo para enfatizar o lado "socioeducativo" da medida e alinhar a execução ao ECA. Foi surpreendente constatar que, em determinado momento, os dois critérios iniciais para escolha dos currículos eram o peso e a altura do candidato. Dito de outro modo, apesar de o ECA já estar em vigor, procuravam-se profissionais que pudessem sobretudo conter fisicamente os adolescentes e fechar as grades dos alojamentos, ou seja, "carcereiros".

Apesar de os agentes estarem mais presentes no dia a dia com adolescentes, a função de socioeducação é percebida como mais próxima da equipe técnica. Essa, por sua vez, não é muito numerosa, o que acaba gerando uma demanda de tarefas muito grande para cada um deles. Além disso, entre os servidores da unidade, observa-se uma divisão entre agentes e equipe técnica, teoricamente mais preparada para o exercício da socioeducação. A equipe técnica é vista com outros olhos pelos demais servidores, inúmeras vezes são apontados como "*defensores*" dos adolescentes e criticados por apresentarem ideias divergentes dos agentes socioeducativos. Em um dos encontros, um agente relata ser contra as decisões da equipe técnica, pois acredita que os mesmos não levam em consideração os atos infracionais cometidos pelos adolescentes e que no lidar com eles acabam "*passando a mão por cima*" dos erros destes, o que segundo ele pode atrapalhar o trabalho dos demais colegas. "[...] se tem

sempre alguém que passa a mão por cima, quando alguém o repreender, ele não vai gostar, e geralmente somos nós que viramos inimigos, ou seja, quem está na linha de frente do trabalho"(Servidor - Criaad). Por outro lado, a equipe técnica vê, muitas vezes, o trabalho dos agentes com uma exacerbação da violência, falta de diálogo para o lidar com o outro e (ab)uso da sua posição de autoridade.

O estudo de Abreo (2017), aponta que as situações de trabalho dos agentes socioeducativos em unidades de internação em regime fechado, tem promovido diversas formas de sofrimento e adoecimento, ao mesmo tempo em que contribuem para silenciá-los. Esse contexto institucional *produz e critica*, simultaneamente, os agentes desmobilizados, insensibilizados, conservadores da lógica coercitiva. Produz e critica trabalhadores tolerantes ou colaboradores para ocorrência de violência e injustiça contra o adolescente, dificultando ainda mais a garantia de direitos desses adolescentes.

Durante o processo de intervenção institucional junto ao CRIAAD, foi possível observar os processos psicodinâmicos dessa desmobilização e o silenciamento por meio de brincadeiras, "*piadas*" e comentários hostis sobre o não reconhecimento do trabalho outro. As brincadeiras e comentários hostis estão fortemente marcados pela ideologia defensiva da virilidade, configurando-se como uma estratégia defensiva de negação do sofrimento caracterizada pelo "cinismo viril", promovendo o controle e o silenciamento do outro. Isso se manifestou como fenômeno transferencial junto aos clínicos pesquisadores e no trabalho de oficinas acordado. Por diversos motivos, os servidores apresentaram muita resistência em relação à oficina e a própria presença dos clínicos pesquisadores na instituição. "*Por vezes, fomos alvos de piadinhas machistas e comentários que inferiorizam a nossa atuação no Degase*"(diário de campo). A captura pela lógica coercitiva aliada a ideologia da virilidade eram evidentes, excluindo a possibilidade de criação de algo novo.

As relações mostravam-se mais complexas e difíceis. Ao longo de nossa permanência no cotidiano do CRIAAD, foi possível observar um recrudescimento e intensificação das defesas de virilidade junto aos agentes, com um aumento das piadinhas denegrindo a imagem do outro. A fala espontânea parecia estar reprimida, e o espaço de compartilhar as vivências mostrava-se esvaziado. O silenciamento também se configurava como uma estratégia defensiva, frente ao sofrimento, diante da desqualificação e da desvalorização. Como aponta as falas compartilhadas e os movimentos grupais acima relatados, essa forma de exercício de virilidade influencia e também é influenciado pelo estresse, pelo sentimento de medo, pelo sofrimento e pelo adoecimento dos servidores nesse contexto. As possibilidades de processos coletivos mais saudáveis não estavam sendo estabelecidas, pautados no uso da inteligência prática, na confiança, no reconhecimento pelo fazer e na cooperação, com intuito de criar regras de trabalho mais saudáveis mostrava-se bloqueado.

A partir de um olhar mais clínico para todos esses acontecimentos, ficou evidente que a realização das sessões coletivas não estava sendo suficiente para acessar de forma operativa esse coletivo, configurando-se uma demanda de escuta da instituição (viva). O Foco do nosso trabalho como clínico pesquisador centrou-se em uma visão panorâmica sobre as relações de modo geral. Olhar para o DEGASE como um corpo que se constrói nas relações. “É um provocador de rachaduras e rupturas na burocracia das relações instituídas”(Guirado, 2009, p. 325).

No processo de intervenção, a composição de dois grupos operativos para as oficinas de gestão de estresse junto aos servidores, transformou-se com o decorrer do tempo em uma intervenção geral. O foco da intervenção foi para uma observação participante do manejo institucional, em como as relações se estabeleciam na instituição, privilegiando os pequenos encontros, a conversa no pátio e no horário do almoço. A partir de diálogos informais, foi possível observar e intervir no *modus operandi* junto ao corpo de funcionários do DEGASE.

O propósito da intervenção era trabalhar dando condições para uma construção coletiva, que não tem como centro um saber dominante, pelo contrário, busca-se construir esse saber fora do que foi instituído, possibilitando a autonomia necessária para pensar e agir a partir das suas perspectivas acerca da situação. No caminho percorrido frente ao real do fazer dos clínicos pesquisadores, a intervenção institucional (Baremblytt, 2002) foi uma estratégia fundamental, permitindo o acesso ao espaço de fala e escuta, com conteúdos acerca do vivido que não aparecia no espaço formal das oficinas dos servidores (até sinalizavam, mas de maneira discreta). As conversas pelos arredores da unidade, os desabaços e piadinhas durante o almoço, tudo isso contribuiu para que de alguma forma a instituição falasse de maneiras diversas sobre os seus sofrimentos, principais atravessamentos e desafios de seu cotidiano de trabalho. Tudo isso culminou em uma prática de pesquisa-intervenção fora do contexto das sessões coletivas em clínica do trabalho estruturadas na forma de oficinas.

A partir desses fatos, a primeira estratégia foi a utilização de espaços informais, como o horário de almoço, na tentativa de promover aproximações entre os funcionários que habitualmente não conversavam entre si. Procuramos conversar com cada um, e disparar assuntos mobilizadores de afeto em pessoas diferentes e que apesar de trabalharem no mesmo local, não estavam se relacionando de uma forma positiva. Com intuito de quebrar de maneira sutil, por exemplo, o esquema hierárquico construído na instituição. Esse esquema, muitas vezes impedia um agente socioeducador de almoçar com o auxiliar de serviços gerais. A estratégia obteve sucesso, por fim, parte das pessoas que não participava das sessões coletivas que haviam sido acordadas, trocavam experiências e afetos com os colegas durante as refeições. A conversa e a fala compartilhada realizada de forma informal tornava-se mais operativa.

Apesar do progresso com essa intervenção, não desistimos do espaço público das sessões coletivas de clínica do trabalho que havia sido acordado com os servidores e a direção. Quinzenalmente, aguardávamos no local combinado, mas raramente alguém

aparecia. Começamos a perceber que aquele espaço instituído não era confortável. Eles não se sentiam à vontade para dividir suas angústias no espaço coletivo. De maneira subversiva, falavam das mesmas questões só que de maneira mais descontraída no refeitório da cozinha. O lugar não era reservado, colocando em risco a questão do sigilo, mas que de alguma maneira era mais acolhedor. Nos almoços foram divididas histórias de superação, mudanças inesperadas, fotos de entes queridos, sonhos, risadas, porque apesar da hostilidade do lugar e das relações, o almoço significava uma pausa de tudo aquilo, onde era possível socializar sem que os estresses invadissem esse espaço.

Entre as falas compartilhadas, nos encontros em pequenos grupos, na hora do almoço no refeitório, destacamos a seguinte:

[...] tem muita diferença do que sai escrito nas revistas/artigos ou do que se fala para a realidade. Só quem está aqui no dia a dia sabe. Às vezes colocam a gente num papel de algoz, mas não é bem assim. O número de agentes mortos é muito grande e ninguém fala. Eu quando saio daqui me sinto com medo, tenho dificuldade de me desligar quando eu chego em casa. (Servidor - Criaad)

Na fala está presente a contradição entre o algoz, viril, destemido em oposição ao homem que não consegue dormir, que se sente com medo. Essa fala foi significativa pois representou um momento em que as defesas de virilidade percebidas como barreiras, começaram a ser quebradas. Nos deparamos com trabalhadores que sofrem e que nos desafiavam, no sentido de não congelarmos uma imagem pré construída ou uma generalização.

Um outro ponto marcante, foi quando um dos agentes começou a compartilhar seu sofrimento, o quanto ele se sente infeliz no trabalho pela percepção de falta de sentido de seu trabalho como agente socioeducativo "*[...] quando um professor encontra com*

um de seus alunos na rua as notícias são de que está trabalhando ou fazendo uma faculdade, enquanto tudo o que eu ouço é que um adolescente tinha morrido ou tinha voltado a cometer atos infracionais”(Servidor - Criaad). Essa falta de sentido está expressa na frase, bastante conhecida entre os servidores como “[...] nosso trabalho é enxugar gelo”.

O sofrimento as angústias presentes na fala dos trabalhadores socioeducativos mostram uma fragilidade que vai além da instituição e dos servidores propriamente ditos. A falta de um amparo frente a seu serviço e o silenciamento das doenças causadas pelo estresse de seus trabalhadores mostram uma falha de todo o sistema em si, com consequências diretas em sua saúde e em suas vidas. Tal falha não se estende apenas a esse grupo, iremos a seguir analisar e discutir sobre os adolescentes e sua oficina.

ESCUA CLÍNICA DOS ADOLESCENTES NO CRIAAD

“[...] Eu não tenho nada para falar e se eu falar ninguém vai ouvir” – escuta clínica junto a adolescentes internados em regime de semiliberdade

Criar um dispositivo de escuta clínica, junto aos adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em regime de semiliberdade, foi, desde seu primeiro momento, desafiador. De modo geral, na adolescência, se sentir aceito torna-se imprescindível. Mas que forma de pertencimento esses adolescentes têm buscado até então? A grande maioria dos adolescentes que passam pelo CRIAAD, estão cumprindo medida socioeducativa pela infração relacionada ao tráfico de drogas. Nesse contexto, as contribuições da PdT ao defender a centralidade do trabalho nos processos de constituição do sujeito foram fundamentais para compreender que existem diferentes situações de trabalho, e que essas situações condicionam diferentes formas de vida. Como promover o resgate subjetivo em relação às formas de trabalhar entre e

adolescentes que tem como o trabalho o pertencer a uma facção, "trabalhando no tráfico"? Quando questionados o que eles sentiam em relação ao tráfico algumas palavras foram recorrentes como "adrenalina", "pegar mulher", "poder", "festas", "armas" e "ganhar o dinheiro fácil que um trabalhador demora um mês para conseguir". Como então trabalhar a questão da socioeducação? Como fazer com que enxergassem e considerassem outros meios de se viver e outras expectativas de vida?

O que está em jogo é o tipo de vínculo que se estabelece durante o processo de trabalho. O grupo operativo tem como função essencial aprender a pensar, isto é, desenvolver a capacidade de resolver contradições dialéticas, situações conflitantes manifestadas no campo grupal. A tarefa, o objetivo ou a finalidade tem a função de elemento disparador do processo grupal (Rodrigues & Barros, 2003, p. 69).

A proposta, foi não defender a ideia de que o tráfico pode destruir a vida deles, até porque, alguns deles mostraram ter consciência disso, "[...] essa vida leva ao caixão, cemitério, choro de mãe" (Adolescente - Criaad). Ficou para nós o desafio de descobrir o que o tráfico representa para eles "status, estabilidade, visibilidade"? É possível que exista questões para além disso, e para que isso fique claro no grupo é preciso que haja um espaço em que eles se sintam confortáveis para falar de tais assuntos sem o medo de serem censurados e julgados. A escuta interessada, atenta e sensível ajudou a compreender que a atividade no tráfico, na facção como uma forma de trabalho, com algumas especificidades, como seu caráter informal e ilegal, mas que tem grande impacto para a sobrevivência e organização das dinâmicas familiares. Nossa aposta é de que a fala compartilhada e o pensar reflexivo acerca do fazer no cotidiano possa auxiliar esses adolescentes a melhor compreenderem as situações vividas, promovendo a possibilidade da construção de posicionamentos autônomos diante suas escolhas, tornando-se sujeitos da própria história.

No nosso primeiro encontro, levamos até eles a proposta de organizarmos o grupo para nos conhecermos melhor e identificarmos as demandas. Foi então que a psicóloga da instituição sugeriu o nome Oficina da Palavra, simbolizando aquele lugar como um ambiente onde todos teriam voz e seriam ouvidos. A criação do espaço de fala e escuta e o nome sugerido foram aceitos com muito ânimo pelos adolescentes.

Figueiredo (2006, p. 5) afirma que “[...] as crianças e adolescentes envolvidos nas oficinas são aprendizes de um processo que emancipa, torna-os sujeitos ativos na construção de uma democracia participativa, fortalecendo o protagonismo infanto-juvenil”. O estabelecimento do dispositivo de “Oficina da Palavra”, foi o início de um processo de apropriação de um espaço que seria dos adolescentes, feito por eles e para eles. E para nós, clínicos pesquisadores, foi o estabelecimento de um espaço no qual poderíamos aliar uma escuta qualificada a troca de experiências que só um coletivo pode proporcionar. A cada semana definimos o tema que seria discutido no próximo. A faixa etária era em torno de 15 a 18 anos, no entanto já tivemos adolescentes mais novos e mais velhos (a medida socioeducativa pode ir além dos dezoito quando o processo ocorreu quando o indivíduo era menor de idade).

Organizamo-nos para que o grupo pudesse ocorrer em dois horários diferentes nos dias das terças, se em uma semana o grupo fosse organizado às 9 horas da manhã, na outra ele teria que ocorrer às 13 horas. Como as oficinas funcionavam no contra turno da escola, sua realização em horário alternados possibilitou a inclusão de internos com diferentes turnos escolares. Entendemos que a educação e a socioeducação andam atreladas. Toda educação, seja a formal (o que se ensina nas escolas e meio acadêmicos) ou a informal (o tipo de conhecimento que aprendemos durante nossas vidas) tem um cunho social. A educação nada mais é do que um processo sociocultural onde se aprende tradições, valores, normas e ideias, todas essas questões são diretamente vinculadas à cultura. Ela pode ocorrer por meio da família, instituições e da sociedade como um todo. É através da educação e das interações entre os seres

humanos que o desenvolvimento humano acontece, e, o sujeito se constitui e se constrói como indivíduo, sendo um processo social. (Bisinoto *et al.*, 2015).

A importância do ECA e da socioeducação: a criação de um novo caminhar

Retomando os vários tipos de educação existentes, todas elas são objeto de estudo no campo da educação social. Esta visa a ideia de que a pedagogia pode ser um intermédio para combater as desigualdades às pessoas que sofrem a marginalização social. Ajudando na busca de emancipação desse sujeito. A educação social está na base das ações e no campo teórico da socioeducação para poder lidar e contornar as situações e contextos de exclusão e dominação social. Assim, visa a formação de sujeitos críticos, que possam questionar o sistema a qual pertencem. A socioeducação busca a autossuficiência e autogoverno do indivíduo, respaldado pelos direitos humanos e pelos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Cabe ressaltar que a socioeducação não se restringe a menores que infringiram a lei, mas é um direito de todos (Bisinoto *et al.*, 2015).

O ECA, Lei 8.069/1990, visa a proteção integral de todas as crianças e adolescentes, sendo considerado um marco revolucionário para promoção de direitos e garantias a serem aplicadas a todas as crianças e adolescentes sem qualquer tipo de discriminação social, racial, econômica ou de qualquer tipo.

Cabe ao Estado, assegurar ao jovem que comete algum ato infracional, cumprindo medida socioeducativa, o direito a proteção integral em seu desenvolvimento físico, moral e mental. Na unidade do CRIAAD (unidade de semiliberdade), os adolescentes permanecem na instituição durante a semana, podendo ir para casa sob a guarda do responsável legal aos finais de semana, retornando na segunda pela manhã. Durante a semana, além do ensino regular, os adolescentes costumam participar de atividades externas voltadas para seu desenvolvimento, como por exemplo, as atividades

realizadas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Além das atividades externas, ocorrem projetos e oficinas dentro do próprio CRIAAD, tais como oficina de artesanato, grupo de prevenção de drogas, a própria Oficina da Palavra e projetos de esportes. Cada adolescente tem também seu plano individual de atendimento (PIA). Este é um influenciador mediante ao juiz sobre o tempo de permanência do jovem na instituição. A grande maioria dos adolescentes tem a permanência de 3 a 6 meses. Esse número, no entanto, não é uma regra e nem se estende a todos, não havendo tempo de permanência máxima dentro do regime de semiliberdade.

A breve visualização desse contexto no qual os adolescentes estão inseridos permite fazer uma moldura do contexto, no qual suas vivências se encontram, e também são atravessadas por diferentes determinantes, incluído meio social e cultural ao qual estão inseridos e fazem parte.

Oficina da Palavra: espaço de escuta e potência frente ao pensar além dos muros

Ao nos preparamos para esse dispositivo de escuta pela Oficina da Palavra, nós não imaginávamos como a banalização e a lógica da violência se faziam tão presentes na vida desses adolescentes. Depoimentos de emboscadas policiais com troca de tiros, parentes ou amigos mortos (seja por pessoas de facções rivais, seja em operações policiais) ou histórias de balas perdidas apareciam com frequência. Esses trazem imagens de uma realidade cruel, descrita com naturalidade nas conversas. Em certa ocasião, quando problematizamos tal banalização e um deles disse *"[...] ah tem que lidar com a morte assim mesmo, para a gente é normal. Se for se abalar vai entrar na Nóia"* (Adolescentes - Criad).

A psicanalista Teresa Carreiro (2003), aborda a questão relacionada a crescente ocorrência da violência física e simbólica junto a populações carentes, aliada às lógicas repressivas, desencadeando e promovendo sentimentos de vingança e de ódio. Torna-

se inevitável a necessidade de uma intervenção onde se possa ressignificar e transformar as esferas sociais. Por isso, a atuação do psicólogo no CRIAAD junto aos adolescentes é imprescindível na construção de novos significados sobre suas escolhas e na produção de questionamentos em relação às futuras decisões. “Como produzir conhecimento com eles tendo em vista que não consideramos o conhecimento como representação da realidade, mas um processo de construção coletiva?” (Kastrup & Passos, 2013, p. 264).

Já no nosso primeiro contato ouvimos falas como “[...] eu não tenho que fazer grupo nenhum com A.D.A, eu não” (Adolescentes - Criaad) ou “[...] eu não tenho nada em comum com quem é do C.V” (Adolescente - Criaad). Apesar de existirem mais facções, os meninos presentes nas primeiras sessões se dividiam em Amigo dos Amigos (A.D.A.) ou Comando Vermelho (C.V), o que mudou ao longo do ano. Apenas um se declarou como não pertencente a nenhuma. Foi necessário que fizéssemos um trabalho onde cada um se apresentasse, falasse seus gostos, o que faziam durante os finais de semana, músicas preferidas entre várias outras informações. Só assim, depois que puderam ter um contato maior com o outro, fomos amenizando o impacto nas relações da cultura de segregação imposta pelas facções. Cabe destacar que a lógica do tráfico de drogas e das facções se constrói sobre um modelo que intensifica a virilidade, a força física, o poder. E mais, ainda, pelos relatos, pode ser observado que ser de tal facção costuma fazer parte da construção identitária desses sujeitos. Apesar de assinalarmos que no Criaad eles eram adolescentes cumprindo sua medida, e não representantes de uma facção naquele espaço, romper com a essa barreira de segregação da cultura das facções demandou muita conversa e muito tempo.

As diferenças existem, isso é inegável. Ao romper a barreira inicial, foi a percepção que aquele coletivo poderia ser composto por pessoas diferentes, com pensamentos diferentes. E isso seria o enriquecedor para todos. O sentir-se afetado, implicado com a experiência é fundamental para a qualquer processo grupal. A cada encontro essa

implicação vai sendo construída e o sujeito se sente mais à vontade para compartilhar suas perspectivas, ouvir e acolher a demanda trazida pelos outros. Essa construção, que não pode ser imposta, corrobora para construção de regras coletivas, como a questão do sigilo por exemplo. O coletivo acordou, como um pacto para estar no grupo, que os assuntos ali discutidos não sairiam dali e nem seriam usados como forma de manipulação. É necessário que o corpo se torne passível de ser afetado.

O grupo não seria meramente uma gestalt emergente a partir de indivíduos isolados, pois há manifestações inconscientes que emergem nas condições grupais. Trabalhando com a análise das ansiedades básicas, o processo grupal levaria o grupo a apropriar-se do que supôs como tema na construção de um projeto (entrecruzamento do plano consciente, do plano inconsciente e do plano do sistema de relações, isto é, da estrutura grupal) (Rodrigues & Barros, 2003, p. 9).

Depois que conseguimos superar esse primeiro momento de falas atravessadas e romper a barreira do silêncio onde diziam “[...] *vou falar o que? Não tenho nada para falar não.*” (Adolescente - Criaad). Essa fala que contempla traços e estigmas de quem teve uma vida marcada pelo descrédito e por uma sociedade que cala a voz da periferia. Foi hora de explorarmos todo o potencial que aquele espaço nos podia trazer como uma ferramenta de reflexão. O coletivo de adolescentes pode compartilhar e refletir questões relacionadas liberdade, drogas, empregos e facções, talvez, já esperadas para grupo de adolescentes infratores. Outros temas foram surgindo ao longo do processo grupal. A composição dos integrantes do grupo variava de acordo com a rotatividade da instituição, alguns deles permaneceram juntos por mais tempo, outros não. Alguns temas se repetiam. Dentre esses, a família era o mais citado, foi tema de muitos encontros, mas não carregava o mesmo significado. Durante o processo grupal, pudemos perceber que a definição de família se dava de maneira diferente entre os participantes. Por exemplo, durante a atividade gráfica, a maioria desenhava as pessoas que moravam com eles, o que possibilitava uma gama quase

infinita de combinações (mulheres e filhos; a mãe e as irmãs; os animais de estimação; a facção, entre outros).

Em uma dessas atividades ocorreu algo curioso, um dos participantes desenhou uma casa com muitas grades com as cores do estabelecimento. Ao apresentar o desenho para o grupo como sua casa, todos ficaram muito agitados e começaram a rir. O coletivo visualizou no desenho do menino o estabelecimento do CRIAAD, e isso significava entre os participantes que ele gostava de estar preso. O menino, na tentativa de rechaçar a ideia apresentada, disse que a casa tinha as mesmas cores da instituição, que isso era uma grande coincidência, que ele jamais desenharia uma prisão como um lar. Mas era evidente, em boa parte dos desenhos a presença de uma grade ou algo que lembrasse a instituição, mesmo que de uma maneira sutil, porque de alguma forma aquilo fazia parte da realidade deles naquele momento. O CRIAAD pode ter uma representação de casa, ou é apenas uma prisão. Essa é uma das questões para socioeducação, como sair das grades que torna a medida socioeducativa apenas como mais uma prisão.

Não cabe na posição de clínicos pesquisadores reforçar para os adolescentes os riscos do tráfico e dos atos infracionais que eles cometeram, até porque nos encontros era perceptível a consciência acerca dos mesmos. As falas compartilhadas traziam com clareza os aspectos negativos do tráfico para cada um e entre eles, interferindo diretamente na limitação da potência de vida e criação desses jovens. Porém, apesar de saberem e afirmarem que o tráfico poderia levá-los a morte, muitos não conseguiam pensar numa vida além da facção, das grades. Era como se a criminalidade fosse a escolha mais viável no momento. Em um dos nossos primeiros encontros perguntamos sobre quais eram os seus sonhos e quase todos respondiam que não tinham. Isso aconteceu em mais de uma ocasião o que nos leva a reflexão de como o imaginário deles se encontra aprisionado. Durante as oficinas, o grupo pode funcionar como um espaço de acolhimento, evitando a censura pelas formas diferentes de existir, mas ao

mesmo tempo, foi possível construir mediante a escuta clínica e a fala compartilhada, outras formas de pensar, imaginar outras possibilidades de existência para além da facção e da instituição socioeducativa.

No início do processo grupal, a fala não circulava, alguns participantes acabavam falando bem mais que outros. Havia muita dificuldade de escolher um tema comum por diversos motivos. Ou porque não entravam em acordo, ou porque algumas sugestões seriam complicadas de pôr em prática, como falar de facção, por exemplo. Esse era um tema elencado de forma recorrente, gerando sempre algum tipo de transtorno. Em um dos encontros, levamos como proposta uma atividade que deveria ser realizada em minigrupos, numa tentativa de desconstruir essa cisão gerada pelas facções diferentes, a atividade consistia em produzir um cartaz com as famílias representadas, mas seriam três adolescentes por cartaz, não fizemos divisões, eles se organizariam para produzir.

Apesar de no início terem resistido um pouca a ideia, eles acabaram realizando a tarefa, e o resultado dessa atividade foi muito positivo. Eles conseguiram trabalhar juntos, com pessoas de facções diferentes. Um dos trios fez uma organização bem interessante, um dos adolescentes dividiu o cartaz em três partes e disponibilizou as canetas para os outros dois. Mas cada um tinha seu tempo para desenhar de maneira que não atrapalhasse o outro. Contratemplos também ocorreram, alguns deles brigaram pois não conseguiram fazer tal divisão, um desenhou uma mão no espaço dele, e dentro dessa mão tinha a sigla C.V que corresponde a facção Comando Vermelho. Na apresentação dos cartazes entre todos os participantes, um dos participantes do grupo disse que o cartaz com desenho com a sigla C.V não deveria ser aceito, pois fazia apologia ao tráfico. Essa fala gerou grande tumulto e controvérsia, até que alguns começaram a gritar e pedir respeito, porque o desenho da mão com o C.V também significava família. Evidenciando para o grupo, que a facção está para além do só traficar ou associar-se a uma organização criminosa. Pudemos compreender, que a

facção opera diretamente nas formas de vida e na subjetividade desses adolescentes, na construção de sua própria identidade pela via do pertencimento e da diferença (inclusão e exclusão).

Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles" (Silva, 2000, p. 82).

Um dos focos, durante a intervenção, foi a busca em causar estranhamento e desnaturalizar a ideia de que a criminalidade está atrelada diretamente a pobreza, a periferia e ao negro, como se um fosse igual ao outro. *Por que os jovens que se encontram cumprindo medida são majoritariamente negros? Por que quando um menino (a) branco é preso dizem que ele não se encaixa no perfil? Por que não nos espantamos quando um jovem morador de periferia é assassinado, e ainda dizemos que ele provavelmente era envolvido com alguma atividade ilícita? Por que os jovens de classe média que são pegos em flagrante traficando raramente param em instituições como está?* As oficinas promoveram um espaço para pensar essas e muitas outras questões relacionadas ao vivido, ao ser, ao fazer desses jovens no mundo. Trabalhamos com as potencialidades de imaginar um futuro, no qual cada um deles possa desejar e querer algo diferente do pensava ter ou viver.

Um dos exemplos mais interessantes sobre potência de vida e mudança contida em cada um valorizando o passado e o que tem de bom, foi a mobilização subjetiva de um dos adolescentes das oficinas que escrevia rap, levando-o a participar de esquetes sobre desigualdade social. Segundo suas palavras,

[...] a música transforma, faz a gente ouvir. Eu quero ser igual a caras grandes, como Criolo e Emicida. Quero contar um pouco da minha história, da minha vida e poder dizer para essa garotada que o mundo do crime não leva a lugar nenhum. (Adolescente - Criaad)

Atualmente, após sair da unidade, ele continua soltando sua voz para não se calar frente a questões como racismo, desigualdade social e violência, publicou um vídeo no youtube com uma de suas composições. A escuta clínica da adolescente, trouxeram, para nós as dificuldades e a potência do fazer em socioeducação.

OLHANDO A INSTITUIÇÃO

Ao olharmos para instituição, presente nas falas compartilhadas durante as oficinas estruturadas, nos espaços de convivência em pequenos grupos, em conversas, em brincadeiras nos levaram há alguns analisadores institucionais que nos fazem ampliar a compreensão do modo como são articulados o que foi instituído (o que se encontra como estabelecido e que resiste frente a mudança) e o instituinte (o movimento de transformação que leva em conta o sujeito e seus desejos). Ao observarmos, os conflitos relacionais presenciados no CRIAAD, considerando todos os núcleos de relações: agentes – adolescentes; agentes - administrativo; agentes - equipe técnica; adolescentes – equipe técnica, destacamos como um dos principais sintomas ou analisadores institucionais o dilema entre “segurança e disciplina” versus socioeducação, configurando-se um paradoxo, que está presente na própria designação das funções de agente socioeducativo.

Esse dilema, com movimentos instituídos e instituinte, permeia conflitos em todos os âmbitos da instituição e nas interações grupais, polarizando e operando em diferentes atores. Ele está presente no discurso em prol da segurança e exaltação da virilidade que desvaloriza ações de cuidado ou mais próxima a socioeducação; está presente na falácia de que a socioeducação só depende de um grupo, desvalorizando o trabalho

multiprofissional e coletivo; está presente na invalidação e na alienação da importância dos terceirizados nesse processo. Em relação aos adolescentes, esse mesmo dilema se evidencia, na própria significação atribuída ao CRIAAD (casa versus prisão) e na falta de um manejo adequado por parte dos agentes. Tornou-se evidente que existe atravessamentos que não seriam solucionados unicamente no espaço grupal. A presença da lógica historicamente instituída e operante no DEGASE presente no discurso viril pro segurança, levando a processos de marginalização de profissionais alinhados à socioeducação (como já foi descrita por Vinuto, Abreo & Gonçalves, 2017 e Abreo, 2017), bem como o próprio silenciamento dos que se sentem marginalizados. As barreiras no diálogo entre os servidores, a própria resistência ao dispositivo de escuta clínica mostrava-se como um sintoma decorrente desse conflito.

Com relação aos servidores, eram recorrentes as reclamações nos corredores. Muitas das queixas se referiam aos colegas de trabalho e aos "menores" infratores. Assim como os adolescentes se dividem em facções distintas, era possível ver as segregações operando nos diferentes espaços da unidade.

Para os adolescentes, um dos dilemas (analisador) foi as divisões (segregações) instituídas pela cultura das facções (Como lidar com o sujeito vindo de outra facção compartilhando os mesmos espaços?) Nas oficinas, a confiança entre os participantes foi uma questão debatida tendo em vista as diferentes facções, sendo estabelecido um pacto de sigilo entre eles sobre o que era dito durante as oficinas, que era passado aos que ingressavam no grupo.

Junto aos servidores foi possível observar como cada setor de trabalho era bem demarcado, apontando para uma dificuldade de trabalho em equipe e uma determinada segregação e hierarquização das funções.

A ausência do trabalho coletivo pautado no reconhecimento e na cooperação, é somada a falta de recursos materiais, tornando o cotidiano desses trabalhadores ainda mais penoso. Como é trabalhar com a socioeducação quando não lhe oferecem subsídios (cursos, treinamentos e afins) e uma estrutura minimamente favorável?

O conflito entre equipe técnica e agentes tampouco facilita a relação de trabalho. A primeira é composta por pedagogos, assistentes sociais e psicólogos. Falando da última categoria em questão, o psicólogo segue a conduta de seu Código de Ética, do ECA e Sinase que regulam sua atuação. Além disso, é imprescindível trabalhar em equipe de maneira multidisciplinar, de forma onde juntos possam planejar na organização rotineira da instituição e no trabalho de socioeducação com os adolescentes, não sendo uma função exclusiva da equipe técnica. A atuação do psicólogo na instituição, também, envolve a realização de documentos (parecer), que junto aos demais profissionais da equipe técnica, será encaminhado na forma de um relatório técnico para o juiz que acompanha o caso de cada adolescente. (CFP, 2010, 2012).

Esse mesmo relatório é o que acaba gerando falas atravessadas que sinalizam uma antiga relação conflituosa presente na instituição, tal como "*[...] quero ver os garotos serem com elas (se referindo a equipe técnica) e falarem com elas o que falam para a gente. Com elas são pianinho, se fazem de vítima porque são elas que mandam relatório*". De outro lado temos "*[...] muitas vezes eles (se referindo aos agentes) não resolvem pelo diálogo algo que seria fácil*". Essa visão dicotômica entre o que "eu faço o certo" e "ele faz" é errado mostrou-se presente em diversas ocasiões. Tornou-se penoso trabalhar tais temas na oficina e transpor essas barreiras, dadas as inúmeras tentativas frustradas.

Segundo Dejours (2004) o trabalho vivo caracteriza-se pela formação de habilidades individuais que emergem da experiência corporal com atividade, contemplando,

também, a invenção e apropriação das habilidades coletivas. Pois, inclui o aprender e elaborar conjuntamente para depois consolidar regras práticas de ação aceitas por todos (regras coletivas). O trabalhar, em sua dimensão coletiva, corresponde a uma atividade coordenada, executada e regulada por homens e mulheres, para enfrentar o que não está prescrito (o real) pela organização do trabalho, envolvendo a ação moral e as possibilidades do estabelecimento de relações sociais de cooperação.

O sofrimento frente a sensação de fracasso diante do real é inevitável. Mas como lidar com as angústias que são produzidas decorrentes dessa limitação? Não se pode esperar uma resposta simplificada diante dessa pergunta. O sujeito depara-se constantemente a um tipo de reorganização forçada onde se é necessário encontrar uma solução ao colapso de realizar o que é prescrito versus ultrapassar os obstáculos para cumprir seu dever dentro das possibilidades organizacionais, dentro de relações sociais e até dos limites e potencialidades de seu próprio corpo. Ou seja, dentro do que é real. Esses ciclos são sempre renovados, não tendo um fim durante toda a vida.

Fazer com que as falas circulassem nas duas oficinas envolveu o saber fazer, enquanto clínicas pesquisadoras, no uso de planejamento e estratégias. O cuidado no fazer, para que não fossem vistas como "defensoras de um território inimigo". Esse cuidado envolvia não apenas os embates entre equipe técnica-agentes, mas também entre adolescentes- servidores como um todo, adolescentes-adolescentes, agentes-outros servidores e agentes-agentes. Foi preciso um tempo, para o desenvolvimento de vínculo com os clínicos pesquisadores que permitisse dar visibilidade ao problema da falta de confiança que atinge todas as esferas da instituição. O coletivo de adolescentes apontava "[...] aqui tem que ter cuidado com o que fala, você não sabe quem está escutando, até a parede tem ouvidos", o dos servidores destacava "[...] tem que ficar atento a respeito das coisas faladas e para quem a fala eram dirigidas, visto a ocorrência de muitos casos de "fofocas", considero duas pessoas aqui como amigos, o restante é colega de trabalho". Essa falta de confiança e a exigência de constante

vigilância é profundamente marcante no dia a dia dos que ali se encontram, o mesmo se renova e mantém a cada ciclo de tempo ou quando novas pessoas chegam. Segundo Dejours (2011a, p. 81), as relações de confiança são uma exigência para construção de acordos, normas e regra de trabalho, que enquadram a maneira como se executa o trabalho, sendo fundamental para o estabelecimento da cooperação. *“Em outros termos, a organização do trabalho real não pode ser neutra em relação a confiança: confiança ou desconfiança, cooperação ou incoerência- tais são as alternativas. O estabelecimento da confiança é uma luta constante”*.

O real do trabalho do clínico-pesquisador mobilizou a pensar em estratégias que rompem com práticas e comportamentos tão enraizados. Principalmente por se tratar de uma instituição com diversos regimes de trabalho, onde uns são plantonistas trabalhando por escalas e outros efetuam suas funções semanalmente, mas com horários demarcados. É uma equipe de servidores flutuante, nem todos estão na instituição no mesmo momento, nem todos são recebidos da mesma maneira pelos adolescentes e familiares, possibilitando que desta forma cada um construa a sua rede e os seus modos de trabalho.

[...] sei que com determinado plantão eu posso contar, mas dependendo da escala já sei que o dia vai ser difícil (Servidor - Criaad).

[...] O momento em que saio do plantão, é um momento tenso” (Servidor - Criaad).

Essa fala de um servidor, expressa o medo generalizado em relação ao encontro com ex-internos que passaram pela instituição. Muitos foram os relatos da vivência de sofrimento em relação ao medo, ou de como se sentiam quando não estavam em regime de trabalho. Andavam com medo e sempre cautelosos, boa parte deles residem em outros municípios na tentativa de fugir um pouco dessa tensão, pensando também na proteção e bem-estar de suas respectivas famílias. Esse medo fruto das diferentes faces da violência, é destacado por Figueiró e Dimenstein (2018, p. 139) ao falar das

vivências de agentes penitenciários, “[...] Medo ao sair do trabalho, medo em casa, medo ao sair de casa. O medo parece ser uma das sensações predominantes na vida dos agentes penitenciários e de seus familiares”.

O discurso da violência está presente, também, no próprio desqualificação da imagem social do trabalho do agente socioeducativo, presente na seguinte fala “[...] depois que fui trabalhar no CRIAAD meus amigos começaram a me chamar de “torturador de menor”(Servidor- Criaad). O sofrimento frente a sensação de fracasso diante do real é inevitável. Mas como lidar com as angústias que são produzidas decorrentes dessa limitação? Não se pode esperar uma resposta simplificada diante dessa pergunta. O sujeito depara-se constantemente a um tipo de reorganização forçada onde se é necessário encontrar uma solução ao colapso de realizar o que é prescrito versus ultrapassar os obstáculos para cumprir seu dever dentro das possibilidades organizacionais e institucionais, construídas socialmente e até dos limites e potencialidades de seu próprio corpo. Ou seja, dentro do que é real. Esses ciclos são sempre renovados, não tendo um fim durante toda a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como lidar com essas adolescentes em conflito com a lei que trazem a marca do vivido de forma tão intensa em detrimento de sua pouca idade? A escuta clínica dos adolescentes realizadas no CRIAAD, evidenciaram a marca de estigmas e ideologias instituídos (como por exemplo pobre = negro = criminoso) criando grades e impasses na constituição do eu, que muitas vezes, tem como solução pertencer a uma facção criminosa. O olhar para além do instituído, na aposta do exercício da singularidade e da alteridade, possibilitou, o pensar de maneira compartilhada em outras formas de viver, de trabalhar, de existir como potência de vida. Esse é um dos objetivos da socioeducação.

A escuta clínica junto aos servidores, em particular os agentes socioeducativos, trouxeram a luz as contradições em que vivem as pessoas no seu ambiente de trabalho. Entre os quais destacamos o dilema entre a *segurança disciplinar* versus socioeducação, configurando-se como uma contradição, um paradoxo. O pensar reflexivo mediante a fala compartilhada nos levaram a questionar se apenas o *controle* é suficiente e até onde o *cuidado* (vinculado ao fazer socioeducativo) pode ser eficaz. É possível ter o controle, fazendo atividades para além do que a atitude de *segurança* instituiu historicamente? Por outro lado, é possível exercer o controle sobre os acontecimentos do cotidiano da instituição fazendo apenas o que prevê a segurança? Não existem respostas prontas. Mas, existem pessoas que trabalham e criam diferentes formas de trabalhar e exercer o *controle* e de *cuidar* para dar conta das situações, que por vezes dão certo, outras não.

Os dados aqui apresentados e analisados, evidenciam que o deslocamento da posição de "disciplinador" para "socioeducador", é um longo processo em construção, que exigem muitos desafios que necessitam ser enfrentados, desafios individuais, mais principalmente desafios coletivos. Porém, falta a liberdade e a confiança entre os pares, para poderem conversar sobre as possibilidades do fazer socioeducativo e compartilhar as experiências vividas no cotidiano de trabalho, que tem promovido mais sofrimento e muitas vezes o adoecimento. Como argumenta, Carreteiro (2003, p. 69) "*A falha na confiança restringe a capacidade de viver criativamente. Há uma diminuição no desejo de experimentar. Pode-se pensar que é neste contexto que surgem formas estandardizadas de estar no mundo, frutos de defesas*".

Nesse contexto, a falta de confiança parece estar alicerçada em certos medos e fantasmas do que pode acontecer, A fala "[...] aqui as paredes têm ouvidos, tem que tomar cuidado. "Retrata como é o dia a dia na instituição, onde apenas assuntos triviais são falados abertamente. O medo do que pode acontecer no trabalho (como ser transferido) ou o medo do que pode acontecer fora do trabalho, gerando angústia,

ansiedade, incrementando o uso de estratégias defensivas construídas coletivamente contra o sofrimento, como a do cinismo viril e do silenciamento, levam a uma maior alienação de si mesmo e a ao adoecimento. A frustração e o sofrimento diante do trabalhar em socioeducação, aprisiona os servidores na imagem de “carcereiros”, esvaziando o sentido de seu trabalho, com custos na manutenção de sua própria saúde, e, bem como a saúde dos adolescentes. A imagem de estar em “cima do muro”(entre carcereiros e socioeducadores) onde cada atitude deve ser minimamente refletida antes de ser executada, em relação ao trato com os adolescentes e aos demais colegas de trabalho. Entender que muitas atitudes tomadas por esses servidores denunciam o constante conflito e pressão que os mesmos vivenciam ao chegar e sair da instituição, foi um desafio diário para os clínicos pesquisadores. A visão clínica sobre as situações de trabalho e institucionais possibilitou a identificação do ponto de urgência, sinalizando que muitas intrigas e conflitos na realidade apontavam para um pedido de socorro, que não era claramente verbalizado, mas que se insinuava nas ações mais sutis. Na tentativa de acolher aquele que teme ser acolhido, a clínica do trabalho e análise institucional, foram fundamentais, para a não individualização das questões que assolavam a unidade, possibilitando compreender a construção coletiva de processos defensivos com seus atravessamentos institucionais.

Como não adoecer frente as exigências conferidas a um socioeducador e ao mesmo tempo se colocar na linha de frente se responsabilizando pela segurança dos demais? Como aceitar ser colocado numa posição de cuidado, onde o cuidar é associado à fraqueza, que devem ser inibidas em detrimento da segurança? Expor o medo ao colega de trabalho significaria colocar a instituição em risco? Muitas são as questões levantadas.

Ao longo desses dois anos realizando diferentes intervenções, foi possível entender que a lógica institucional da virilidade, que sustenta processos defensivos como “cinismo viril”, é algo que precisa ser claramente visualizada e tratada. No ambiente

socioeducativo, ela segrega profissionais, alimenta conflitos entre os diversos atores sociais, promovendo diferentes formas de adoecimento, além de fortalecer o promover o estigma social de que o adolescente em conflito com a lei deve receber tratamento puramente disciplinar, limitando qualquer possibilidade de transformação social e ação socioeducativa. Alimenta, ainda, a construção de defesas coletivas que impedem impede a visibilidade dos afetos que não reforcem a virilidade, promovendo o silenciamento defensivo.

No caminho percorrido, no fazer do clínico pesquisador, destacamos, seja na construção coletiva (sessões coletivas, oficinas), seja nas intervenções pontuais, a importância da atividade dialógica (espaço de discussão) que permita dar visibilidade entre os pares do vivido, que permita restaurar o sentimento de confiança, onde os sujeitos não se sintam invalidados, desqualificados, mas acolhidos em suas singularidades. Atividade que permita a visibilidade e o reconhecimento do sofrimento e do trabalho efetivamente realizado, auxiliando na construção de um espaço coletivo pautado na ética e no reconhecimento do outro, promovendo a ressignificação do vivido e do sentido do próprio trabalho.

Neste estudo ao darmos visibilidades aos aspectos psicodinâmicos e institucionais que operam nesse contexto de socioeducação, esperamos contribuir para novas ações que possam promover possibilidades de criação de outros modos de trabalhar, de produzir e operar as situações de trabalho. O trabalhar em socioeducação é uma conquista coletiva, com avanços, recuos e resistências. Lembrando, ainda, como afirma Dejours (2011), a saúde não é individual, a saúde é uma conquista coletiva.

REFERÊNCIAS

Abreo, Leandro O. (2017). *Entre capturas e resistências: situações de saúde e adoecimento no trabalho de agentes socioeducativos* Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Albuquerque, Bruna S. (2017). O agente de segurança socioeducativo: reflexões sobre a relação adulto e adolescente no contexto socioeducativo. *Psicologia em Revista*, 23(1) 237-255.

Afonso, Maria L. (2002). Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. In Maria L. Afonso (Org.). *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial*. (pp. 11-59) Belo Horizonte: Edições do Campo Social.

Barembliitt, Gregório (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática* (5a ed). Belo Horizonte: Instituto Felix Guattari.

Bisinoto, Cyntia, Oliva, Olga, Arraes, Juliana, Galli, Carolina, Amorim, Gustavo, & Stemler, Luana (2015). Socioeducação: origem, significado e implicações para o atendimento socioeducativo. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 575-585.

Bleger, Jos (1980) *Temas de psicologia*. São Paulo: Martins Fontes.

Brasil (2012a). Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento socioeducativo [SINASE] no território brasileiro e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Recuperado em 20, março 2019 de: <https://jus.com.br/artigos/51212/sistema-nacional-de-atendimento-socioeducativo-sinase-lei-n-12-594-de-18-de-janeiro-de-2012>.

Brasil. Conselho Nacional de Justiça. (2012b) Panorama nacional. A execução de medidas socioeducativas de internação Programa Justiça ao Jovem. Recuperado em 20, abril 2019 de: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/crianca-e-adolescente/programa_justica_ao_jovem_CNJ_2012.

Brasil. Secretaria de Direitos Humanos (2011). Atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei. Levantamento Nacional 2011. Recuperado em 12, abril 2019 de: <http://ens.sinase.sdh.gov.br/ens2/images/conteudo/levantamentos/Sinase%20-%20Levantamento%202011.pdf>.

Brasil (1990). Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Recuperado 20, março 2019 de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm.

Carreiro, Teresa C. (2003). Sofrimentos sociais em debate. *Psicologia USP*, 14(3), 57-72. CFP – Conselho Federal de Psicologia (2010). *Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação*. Brasília: CFP.

CFP – Conselho Federal de Psicologia (2012) *Referências técnicas para atuação dos psicólogos em medidas socioeducativas em meio aberto*. Brasília: CFP.

Craidy, Carmem M. (2012). Juventude (s) no brasil: violência, políticas sociais e participação democrática. *Anais do Congresso Brasa*, New Orleans, United States, XI.

Craidy, Carmem M. (2011). Medidas socioeducativas. *Crianças e adolescentes. Revista Digital Multidisciplinar do Ministério Público do Rio Grande do Sul*, 3(3), 6-15.

Dejours, Christophe (2011a). Addendum. Da psicopatologia a psicodinâmica do trabalho. In Selma Lancman & Laerte I Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp. 57-124) (3a ed). Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15

Dejours, Christophe (2011b). A metodologia em psicodinâmica do trabalho. In Selma Lancman & Laerte I Sznelwar (Orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (pp. 125-150) (3a ed). Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15

Dejours, Christophe (2007) *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: FGV.

Dejours, Christophe (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Produção*, 14(3), 27-34.

Figueiredo, Maria A. C., Silva, José R., Nascimento, Elizangela S., & Souza, Viviane (2006) Metodologia de oficina pedagógica: uma experiência de extensão com crianças e adolescentes. *Revista Extensão Cidadã*, 2, 1-12.

Figueiró, Rafael A. & Dimenstein, Magda (2018). Controle a céu aberto: controle e processos de subjetivação no cotidiano de agentes penitenciários. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(n.spe2), 131-143.

Guirado, Marlene (2009). *Psicologia Institucional: o exercício da psicologia como instituição*. São Paulo: Interação em psicologia.

Kastrup, Virginis & Passos, Eduardo (2013), Cartografar é traçar um plano comum. *Fractal*, 25(2), 263-280.

Martins, Soraya R. (2015). Metodologias e dispositivos clínicos na construção da clínica psicodinâmica do trabalho In Rosangela D. Moraes & Ana C. Vasconcelos (Orgs.). *Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica* (pp. 93-112). Curitiba: Juruá.

Martins, Soraya R. & Mendes, Ana M. (2012). Espaço coletivo de discussão: a clínica psicodinâmica do trabalho como ação de resistência. *Psicologia Organizações e Trabalho*, 12(2), 171-183.

Martins, Soraya R., Moraes, Rosangela D., & Cruz Lima, Suzana C. (2010). Sofrimento, defesa e patologia: o olhar da psicodinâmica sobre a violência no trabalho. In Ana M. Mendes (Org.) *Violência no trabalho. Perspectivas da psicodinâmica, da ergonomia e da sociologia clínica* (pp. 19-39). São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Mendes, Ana M.; & Araújo, Luciane K. R. (2011). *Clínica psicodinâmica do trabalho: práticas brasileiras*. Brasília: Ex Libris.

Mendes, Ana M. (2007) Pesquisa em psicodinâmica: a clínica do trabalho. In: Ana M Mendes (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas* (pp. 65- 88). São Paulo: Casa do psicólogo.

Moraes, Marcia (2004). Pesquisar COM: política ontológica e deficiência visual. In Marcia Moraes & Virginis Kastrup. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau.

Rodrigues, Heliana B. C. & Benevides de Barros, Regina D. (2003). Socioanálise e práticas grupais no Brasil: um casamento de heterogêneos. *Psicologia Clínica*, 15(1), 61-74.

Silva, Tomaz T. (2000). A produção social da identidade e da diferença. In Tomaz T. Silva (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais* (pp. 73-102). Petrópolis: Vozes.

Vinuto, Juliana, Abreo, Leandro O., & Gonçalves, Hebe S (2017). No fio da navalha: efeitos da masculinidade e virilidade no trabalho de agentes socioeducativos. *PLURAL, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP*, 24(1), 54-77.

Vinuto, Juliana (2017) "Tem que priorizar a segurança": Legitimação do Estado Penal e marginalização da socioeducação em uma instituição de internação para adolescentes no Brasil. *Anales del Congreso ALAS*, Montevideo, Uruguay, XXI.

O TRABALHO EM SOCIOEDUCAÇÃO: ESCUTA CLÍNICA JUNTO AOS TRABALHADORES SOCIOEDUCATIVOS E ADOLESCENTES EM REGIME DE SEMILIBERDADE

Resumo

Este artigo aborda questões relacionadas ao trabalho socioeducativo junto a uma unidade para adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em semiliberdade, a partir da escuta clínica de trabalhadores socioeducativos e de adolescentes. Com base teórica-clínica e metodológica na psicodinâmica do trabalho e na psicologia institucional, analisamos alguns aspectos psicodinâmicos e institucionais do trabalho real em socioeducação nesse contexto institucional. Dentre os resultados destacamos: sofrimento, perda de sentido do trabalho, estigmatização, adoecimentos, falta de relações sócio profissionais pautadas na confiança, no reconhecimento pelo trabalho do outro e cooperação. Para negação do sofrimento no trabalho e manutenção do instituído observamos o uso de estratégias coletivas de defesa como cinismo viril e o silenciamento, acarretando conflitos e segregação entre os profissionais e adolescentes promovendo mais sofrimento e adoecimento. Bem como, o distanciamento de um trabalho vivo e instituinte, dificultando avanços na socioeducação, tal como é preconizada pelo ECA.

Palavras-chave

Socioeducação. Sofrimento no trabalho. Adolescentes em conflito com a lei. Clínica do trabalho.

EL TRABAJO EN SOCIO-EDUCACIÓN: ESCUCHA CLÍNICA A LOS TRABAJADORES SOCIO-EDUCATIVOS Y A LOS ADOLESCENTES EN SEMILIBERTAD

Resumen

Este artículo aborda cuestiones relacionadas al trabajo socioeducativo junto a una unidad para adolescentes cumpliendo medidas socioeducativas en semilibertad, a partir de la escucha clínica de trabajadores socioeducativos y de adolescentes. Con base teórica-clínica y metodológica en la psicodinámica del trabajo y psicología institucional, analizamos algunos aspectos psicodinámicos e institucionales del trabajo real socioeducativo en ese contexto institucional. Entre los resultados destacamos: sufrimiento, pérdida de sentido del trabajo, estigmatización, patologías, falta de relaciones socio-profesionales pautadas en la confianza, en el reconocimiento por el trabajo del otro y cooperación. Para la negación del sufrimiento en el trabajo y mantenimiento del instituido observamos el uso de estrategias colectivas de defensa como cinismo viril y el silenciamiento, acarreando conflictos y segregación entre los profesionales y adolescentes promoviendo más sufrimiento y enfermedad. Así como, el distanciamiento de un trabajo vivo e instituyente, dificultando avances en la socioeducación, tal como es preconizada por el ECA.

Palabras clave

Socioeducación. Sufrimiento en el trabajo. Adolescentes en conflicto con la ley. Clínica del trabajo.

THE WORK IN SOCIO-EDUCATION: CLINICAL LISTENING TO SOCIO-EDUCATIONAL WORKERS AND ADOLESCENTS IN SEMI-FREEDOM

Abstract

This article addresses issues related to socio-educational work with a unit for adolescents fulfilling socio-educational measures in semi-freedom, based on the clinical listening of socio-educational workers and adolescents. With a theoretical-clinical and methodological basis in work psychodynamics and institutional psychology, we analyze some psychodynamic and institutional aspects of real work in socio-education in this institutional context. Among the results we highlight: suffering, loss of sense of work, stigma, illness, lack of socio-professional relations based on trust, recognition for the work of the other and cooperation. To deny suffering in the workplace and maintain the institution, we observe the use of collective defense strategies such as manly cynicism and silencing, leading to conflicts and segregation among professionals and between professionals and adolescents, promoting more suffering and illness. As well, the distancing of a living and instituting work, hindering advances in socio-education, as advocated by the ECA.

Keywords

Socioeducation. Suffering at work. Adolescents in conflict with the law. Work's clinic.

CONTRIBUIÇÃO

Soraya Rodrigues Martins

A autora declara que contribuiu com a pesquisa (bibliográfica e de campo) e elaboração do artigo.

Débora Barbosa da Silva

A autora declara que contribuiu com o levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e elaboração do artigo.

Nataly Soares de Araujo Neves

A autora declara que contribuiu com o levantamento bibliográfico, pesquisa de campo e elaboração do artigo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que participaram direta e indiretamente da pesquisa.

DECLARAÇÃO DE INEDITISMO

As autoras declaram que a contribuição é inédita.

CONFLITO DE INTERESSES

As autoras declaram não haver conflito de interesses.

COMO CITAR ESTA CONTRIBUIÇÃO

Martins, Soraya R., Silva, Débora B., & Neves, Nataly S. A. (2020). O trabalho em socioeducação: escuta clínica junto aos trabalhadores socioeducativos e adolescentes em regime de semiliberdade. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 7(18), 228-284.